

STJ00098269

Irapuã Beltrão



Curso de Direito Tributário

4ª Edição Revista e Ampliada

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2013

© 2013 by Editora Atlas S.A.

As três primeiras edições foram publicadas pela Editora Impetus com o título *Resumo de Direito Tributário*; 4. edição 2013



Capa: Leonardo Hermano
Composição: CriFer – Serviços em Textos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Beltrão, Irapuã
Curso de direito tributário / Irapuã Beltrão. – 4. ed. – São Paulo: Atlas,
2013.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-7788-3
eISBN 978-85-224-7914-6

1. Direito tributário
2. Direito tributário – Brasil
3. Direito tributário – Estudo e ensino I. Título.

13-01843

CDU-34:336.2(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito tributário 34:336.2(81)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

Sumário

Abreviaturas, xvii

Apresentação à 1ª edição, xxi

Prefácio à 1ª edição, xxiii

Nota do Autor, xxv

1 Introdução, 1

- 1 A atividade financeira e as receitas, 3
 - 1.1 Receitas Originárias, 5
 - 1.2 Receitas Derivadas, 5
- 2 Conceito de Direito Tributário, 6
- 3 Posição e autonomia do Direito Tributário, 7
- 4 Sistema Tributário Nacional, 9
 - 4.1 Evolução histórica do Sistema Tributário, 9
 - 4.2 A Recepção do Código, 12
 - 4.3 Características Gerais do Sistema Tributário Nacional, 14
 - 4.4 Sistema Tributário Nacional como um subsistema constitucional, 15

Exercícios de fixação, 19

2 Tributo, Espécies e Classificações, 21

- 1 O tributo – conceito e definição, 21
- 2 Classificação dos tributos em espécie, 28
- 3 Natureza jurídica do tributo, 30
- 4 Espécies de tributos, 33

- 4.1 Impostos, 34
- 4.2 Taxas, 35
 - 4.2.1 Taxa de polícia, 37
 - 4.2.2 Taxas de serviços, 38
 - 4.2.3 Base de cálculo das taxas, 45
- 4.3 Contribuições de melhoria, 45
- 4.4 Empréstimo compulsório, 49
- 4.5 Contribuições Especiais (Parafiscais), 52
 - 4.5.1 Contribuições Sociais, 54
 - 4.5.2 Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE ou interventivas, 57
 - 4.5.3 Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais ou Econômicas – corporativas ou profissionais, 58
 - 4.5.4 Contribuição de Iluminação Pública – COSIP, 61
- 5 Outra classificação dos tributos, 62
 - 5.1 Quanto à natureza da hipótese de incidência, 63
 - 5.2 Quanto à finalidade ou função dos tributos: Fiscalidade, Extrafiscalidade, Parafiscalidade, 64
 - 5.3 Classificação por competência, 65
 - 5.4 Quanto ao objeto da incidência: reais e pessoais, 65
 - 5.5 Quanto à forma de percepção: direto e indireto, 66
 - 5.6 Quanto à alíquota: fixos ou proporcionais, 67
 - 5.7 Quanto à base econômica, 68

Exercícios de fixação, 69

3 Limitações ao Poder de Tributar, 75

- 1 Limitações gerais, 78
 - 1.1 Princípio da legalidade, 78
 - 1.1.1 Concessão de favores fiscais, 80
 - 1.1.2 Exceções à legalidade estrita, 80
 - 1.1.3 Prazo para pagamento do tributo, 83
 - 1.2 Princípio da igualdade ou isonomia, 84
 - 1.2.1 Princípio da Capacidade Contributiva (Art. 145, § 1º, CRFB), 85
 - 1.2.2 A personificação ou personalização dos impostos (Art. 145, § 1º, CRFB), 88
 - 1.3 Princípio da irretroatividade, 88
 - 1.4 Princípio da anterioridade, 89
 - 1.5 Princípio da noventena (ou anterioridade nonagesimal), 92
 - 1.6 Princípio do não confisco, 100
 - 1.7 Princípio da liberdade de tráfego, 103
- 2 Limitações específicas, 104
 - 2.1 Limitações específicas para a União, 104
 - 2.2 Limitações específicas para os Estados, Distrito Federal e Municípios, 105

- 3 Imunidades tributárias, 107
 - 3.1 Diferença entre imunidades e isenção, 109
 - 3.2 Nomenclatura empregada, 110
 - 3.3 Tipos de Imunidades, 112
 - 3.3.1 Imunidades genéricas, 112
 - 3.3.2 Imunidades específicas, 124

Exercícios de fixação, 126
- 4 Competência Tributária, 132
 - 1 Formas de organização do Estado, 133
 - 2 Federação e o modelo brasileiro, 134
 - 3 Competência Tributária, 136
 - 3.1 Atributos da competência tributária, 140
 - 4 Bitributação × *Bis in idem*, 145
 - 5 Repartição das competências tributárias, 146
 - 5.1 Competência privativa ou exclusiva, 148
 - 5.1.1 Competência cumulativa, 150
 - 5.2 Competência comum, 151
 - 5.3 Competência residual, 151
 - 5.4 Competência extraordinária, 152

Exercícios de fixação, 154
- 5 Legislação Tributária, 159
 - 1 Fontes do direito tributário, 160
 - 1.1 Leis, 162
 - 1.1.1 Lei ordinária, 163
 - 1.1.2 Leis complementares, 163
 - 1.1.3 Leis delegadas, 167
 - 1.1.4 Medida provisória, 167
 - 1.1.5 Papel da lei tributária, 168
 - 1.1.6 Resoluções do Senado Federal, 171
 - 1.2 Tratados e convenções internacionais, 171
 - 1.2.1 Tratados e isenções internas, 174
 - 1.3 Decretos, 176
 - 1.4 Fontes secundárias – normas complementares, 177
 - 1.4.1 Atos normativos, 178
 - 1.4.2 Decisões administrativas com eficácia normativa, 178
 - 1.4.3 Praxes administrativas/práticas reiteradas, 178
 - 1.4.4 Convênios, 178
 - 2 Vigência da legislação tributária, 179
 - 2.1 Vigência espacial, 180
 - 2.2 Vigência temporal, 181
 - 3 Aplicação da legislação, 182

- 3.1 Retroatividade da lei tributária, 183
- 4 Interpretação da legislação, 185
 - 4.1 Métodos de interpretação, 186
 - 4.2 Espécies de Interpretação, 187
 - 4.2.1 Conforme a fonte utilizada na interpretação, 187
 - 4.2.2 Conforme o resultado, 188
- 5 Integração da legislação, 189

Exercícios de fixação, 190
- 6 Obrigação Tributária, 195**
 - 1 Conceito e elementos, 197
 - 2 Obrigação principal e acessória, 198
 - 3 Fato gerador, 202
 - 3.1 Conceito, 202
 - 3.1.1 Fato gerador na obrigação acessória, 202
 - 3.1.2 Fato gerador na obrigação principal, 202
 - 3.1.2.1 Elementos do fato gerador na obrigação principal, 203
 - 3.2 Fatos instantâneos, complexos e continuados, 207
 - 3.3 Momento de ocorrência do fato gerador, 207
 - 3.4 Elisão e evasão, 210
 - 3.5 Interpretação do fato gerador, 212
 - 4 Sujeição ativa e passiva, 213
 - 4.1 Sujeito ativo da obrigação, 214
 - 4.1.1 Sub-rogação ativa, 215
 - 4.2 Sujeito passivo da obrigação, 215
 - 4.3 Solidariedade, 218
 - 4.4 Capacidade tributária, 220
 - 4.5 Domicílio tributário, 221

Exercícios de fixação, 222
- 7 Responsabilidade Tributária, 228**
 - 1 Divisão doutrinária, 231
 - 1.1 Retenção na fonte, 232
 - 2 Os efeitos da fixação da responsabilidade, 233
 - 3 A responsabilidade por substituição, 235
 - 4 Responsabilidade dos sucessores, 244
 - 4.1 Regra geral da sucessão tributária, 244
 - 4.2 Sucessão imobiliária, 245
 - 4.3 Sucessão *causa mortis*, 248
 - 4.4 Sucessão empresarial, 250
 - 5 Imputação legal/responsabilidade de terceiros, 255
 - 5.1 Responsabilidade solidária – art. 134 do CTN, 256
 - 5.2 Responsabilidade Pessoal – art. 135 do CTN, 258

- 6 Responsabilidade por infrações, 265
 - Exercícios de fixação*, 270
- 8 Crédito Tributário, 275**
 - 1 Fases da obrigação, 276
 - 2 Características do crédito, 278
 - 3 Lançamento – conceito, 280
 - 3.1 Natureza do lançamento, 284
 - 3.2 Características do lançamento, 286
 - 3.2.1 Legislação aplicável, 286
 - 3.2.2 Conversão cambial, 288
 - 3.2.3 Modificação dos critérios jurídicos, 289
 - 4 Modalidades de lançamento, 290
 - 4.1 Lançamento por declaração, 291
 - 4.2 Lançamento por homologação, 292
 - 4.3 Lançamento direto ou de ofício (*ex officio*), 294
 - 4.3.1 Grupos de lançamentos de ofício, 295
 - 4.4 Dispensa (?) de lançamento, 296
 - 5 Arbitramento, 299
 - 6 Alteração do lançamento, 302
 - Exercícios de fixação*, 304
- 9 Suspensão da Exigibilidade do Crédito, 308**
 - 1 Moratória, 311
 - 2 Depósito do montante integral, 316
 - 3 Reclamações e recursos no âmbito administrativo, 319
 - 4 Concessão de liminar em mandado de segurança, 321
 - 5 Concessão de medida liminar ou de tutela antecipada em outras ações judiciais, 321
 - 6 Parcelamento, 323
 - 6.1 Parcelamento e denúncia espontânea, 325
 - 6.2 Parcelamento e execução fiscal, 326
 - 6.3 O REFIS, 327
 - Exercícios de fixação*, 328
- 10 Extinção do Crédito Tributário, 332**
 - 1 Pagamento, 334
 - 2 Compensação, 339
 - 3 Transação, 342
 - 4 Remissão, 343
 - 5 Prescrição e decadência, 344
 - 5.1 A Decadência, 345
 - 5.2 A Prescrição, 349
 - 6 Conversão do depósito em renda, 357

- 7 Pagamento antecipado e homologação do lançamento, 357
- 8 Consignação em pagamento, 358
- 9 Decisão administrativa irreformável, 360
- 10 Decisão judicial passada em julgado, 360
- 11 Dação em pagamento em bens imóveis, 361

Exercícios de fixação, 361

11 Exclusão do Crédito Tributário, 367

- 1 Isenção, 368
- 2 Anistia, 373

Exercícios de fixação, 375

12 Pagamento Indevido e Repetição, 378

- 1 Definição de pagamento indevido, 381
- 2 Restituição nos tributos indiretos, 382
- 3 Os valores restituídos, 384
- 4 Prazos para a restituição, 387
 - 4.1 Aplicação retroativa da LC nº 118, 389

Exercícios de fixação, 392

13 Garantias e Privilégios do Crédito Tributário, 395

- 1 Garantias, 395
 - 1.1 Ampla responsabilidade patrimonial, 396
 - 1.2 Fraude à execução, 398
 - 1.3 Penhora *on-line*, 400
- 2 Privilégios, 401
 - 2.1 Dispensa de habilitação e concurso, 405
 - 2.2 Falência e o crédito tributário, 406
 - 2.3 Concurso de preferências, 409
 - 2.4 Outras preferências, 411

Exercícios de fixação, 414

14 Administração Tributária, 418

- 1 Administração tributária constitucional, 418
- 2 Fiscalização e aplicabilidade, 422
 - 2.1 Poderes da Fiscalização, 424
 - 2.1.1 Poder de exame, 424
 - 2.1.2 Poder de solicitação, 425
 - 2.1.3 Requisição de força pública, 429
 - 2.2 Dever de colaboração recíproca, 429
 - 2.3 Dever de formalização, 431
 - 2.4 Sigilo Fiscal, 432
 - 2.4.1 Cooperação e mútua assistência, 434
 - 2.4.2 Requisição Judicial, 435
 - 2.4.3 Solicitações de outras autoridades administrativas no interesse da Administração Pública, 436

- 3 Dívida ativa, 438
 - 3.1 Requisitos, 441
- 4 Certidão negativa, 444
 - 4.1 Certidão positiva com efeito de negativa, 447
 - 4.2 Dispensabilidade e Responsabilidades, 449

Exercícios de fixação, 450

15 Impostos Federais, 454

- 1 Imposto sobre Importação (II), 455
 - 1.1 Base econômica e fato gerador (aspecto material da hipótese de incidência tributária), 455
 - 1.1.1 Bagagem – Isenção, 458
 - 1.2 Aspecto temporal, 459
 - 1.3 Aspecto espacial, 460
 - 1.4 Aspecto pessoal, 461
 - 1.5 Aspecto quantitativo: alíquota e base de cálculo, 462

Jurisprudência do Imposto de Importação, 464

- 2 Imposto sobre Exportação de produtos nacionais ou nacionalizados (IE), 466
 - 2.1 Aspecto material, 466
 - 2.2 Aspecto temporal, 467
 - 2.3 Aspecto pessoal, 467
 - 2.4 Aspecto quantitativo: alíquota e base de cálculo, 467

Jurisprudência do Imposto de Exportação, 469

- 3 Imposto sobre Renda e Proventos de qualquer natureza (IR), 469
 - 3.1 Aspecto material, 470
 - 3.2 Aspecto temporal, 472
 - 3.3 Aspecto espacial, 473
 - 3.4 Aspecto pessoal, 474
 - 3.5 Aspecto quantitativo, 475
 - 3.6 Critérios constitucionais do imposto, 476

Jurisprudência do Imposto de Renda, 477

- 4 Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), 478
 - 4.1 Aspecto material, 478
 - 4.2 Aspecto espacial, 480
 - 4.3 Aspecto temporal, 480
 - 4.4 Aspecto quantitativo, 481
 - 4.5 Aspecto subjetivo, 482
 - 4.6 Critérios constitucionais, 483
 - 4.7 Não cumulatividade, 484
 - 4.8 Seletividade, 485

Jurisprudência do IPI, 487

- 5 Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), 489

- 5.1 Aspecto material, 489
- 5.2 Aspecto temporal, 490
 - 5.2.1 No crédito, 491
 - 5.2.2 No câmbio, 491
 - 5.2.3 No seguro, 491
 - 5.2.4 Nos títulos e valores mobiliários, 492
- 5.3 Aspecto quantitativo, 492
- 5.4 Aspecto pessoal, 493
 - 5.4.1 No crédito, 493
 - 5.4.2 No câmbio, 493
 - 5.4.3 No seguro, 493
 - 5.4.4 Nos títulos e valores mobiliários, 493
- 5.5 Características constitucionais, 494
- 5.6 Incidência sobre o ouro, 494

Jurisprudência do IOF, 495

- 6 Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR), 496
 - 6.1 Base econômica e aspecto material, 497
 - 6.2 Aspecto temporal, 498
 - 6.3 Aspecto quantitativo, 498
 - 6.4 Aspecto pessoal, 498
 - 6.5 Aspecto espacial, 500

Jurisprudência do Imposto Rural, 500

- 7 Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), 502

16 Impostos dos Estados e do Distrito Federal, 503

- 1 Imposto sobre Transmissão *Causa mortis* e Doação, de quaisquer bens e direitos (ITD, ITCD ou ITCMD), 504
 - 1.1 Aspecto material, 505
 - 1.2 Aspecto espacial e pessoal, 506
 - 1.3 Aspecto temporal, 508
 - 1.4 Aspecto quantitativo: base de cálculo e alíquota, 508

Jurisprudência do Imposto de Transmissão Estadual, 509

- 2 Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, 510
 - 2.1 Circulação de Mercadoria – aspecto material, 512
 - 2.2 Imposto sobre o transporte, 515
 - 2.3 Imposto sobre a comunicação, 516
 - 2.4 Aspecto quantitativo: base de cálculo do imposto, 517
 - 2.5 Não cumulatividade do ICMS, 518
 - 2.6 Seletividade do ICMS, 519
 - 2.7 Alíquotas do ICMS, 520
 - 2.8 Incidência especial do ICMS, 521

- 2.9 Não incidência do ICMS, 524
- 2.10 Outras determinações constitucionais para o ICMS, 525
- 2.11 Benefícios fiscais no ICMS, 526
- 2.12 Produtos especiais, petróleo e combustíveis no ICMS, 526
- 2.13 Aspecto pessoal, 527

Jurisprudência selecionada do ICMS, 528

- 3 Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), 531
 - 3.1 Aspecto material, 531
 - 3.2 Aspecto quantitativo, 532
 - 3.3 Aspecto espacial, 532
 - 3.4 Aspecto pessoal, 532
 - 3.5 Aspecto temporal, 532

Jurisprudência selecionada – IPVA, 533

17 Os Impostos dos Municípios – art. 156 da CRFB, 534

- 1 Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana – IPTU, 534
 - 1.1 Aspecto material, 534
 - 1.2 Aspecto quantitativo, 535
 - 1.3 Aspecto pessoal, 538
 - 1.4 Aspecto temporal, 539

Jurisprudência selecionada – IPTU, 539

- 2 Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (e direitos reais relacionados), *Inter Vivos*, por ato oneroso (ITBI), 541
 - 2.1 Aspecto material, 542
 - 2.2 Aspecto temporal, 544
 - 2.3 Aspecto quantitativo, 545
 - 2.4 Aspecto pessoal, 546
 - 2.5 Aspecto espacial, 546
 - 2.6 Imunidade específica, 546

Jurisprudência selecionada – ITBI, 547

- 3 Imposto sobre Serviços de qualquer natureza – ISS ou ISSQN, 549
 - 3.1 Aspecto material, 550
 - 3.2 Aspecto quantitativo, 552
 - 3.3 Aspecto espacial, 553
 - 3.4 Aspecto pessoal, 554
 - 3.5 Aspecto temporal, 555

Jurisprudência selecionada – ISS, 555

Observações finais dos impostos, 557

Referências, 559